

# AUTORITARISMO CONTRA A UNIVERSIDADE

## O DESAFIO DE POPULARIZAR A DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 232 p. – (Emergências).

Gisele Marques Lopes<sup>1</sup>  
Edjane da Silva Barbosa Corrêa<sup>2</sup>

O livro **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**, composta por 232 páginas, é uma bibliografia do autor Roberto Leher, essa obra está em sua 1ª edição, lançada em São Paulo – Brasil, este trabalho foi realizado pela Fundação Rosa Luxemburgo, com fundos do Ministério Federal para a Cooperativa Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ), fomentada pela Editora Expressão Popular no ano de 2019.

Nesta obra, o autor apresenta as conexões entre o capitalismo, o bloco no poder e a educação. Contextualiza as mediações necessárias para se compreender as transformações do padrão de exploração

---

<sup>1</sup> Assistente Social - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT  
E-mail: giselemarqueslopes@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0525-1127>  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2831652810981084>

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia e em Serviço Social - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT  
E-mail: edjane.correa@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4744-1340>  
LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7400374733770765>

do capitalismo dependente e em consequência disto, o esvaziamento científico das instituições públicas de Educação.

O Autor introduz as temáticas afirmando que as primeiras manifestações contra o governo de Jair Bolsonaro, tiveram como tema central a educação superior das universidades públicas. Cita os protestos de 15 de maio de 2019 e os atos de agosto para destacar que o século XXI é perpassado por um paradoxo, ao passo que ao mesmo tempo em que o conhecimento assume um papel estratégico para o sistema de estado que compõe o núcleo imperialismo, tem-se a sistemática desconstrução de toda Inteligência estatal.

Considerando os ataques nas universidades federais, o autor fez a seguinte interrogação: **O que levou o governo Federal a privilegiar como arena de conflito a Educação, a Ciência e a Cultura?** O autor assegurou que o enigma é desconcertante, pois, a macroeconomia do Governo Bolsonaro é ultra neoliberal, constituída por representantes dos bancos e das organizações financeiras, setores modernos e internacionalizados ao lado do agronegócio exportador e de atacadista cosmopolita (esses delegam ao governo imposições na economia do país).

Leher (2019) aponta um outro grupo composto por fundamentalista-pentecostais e neopentecostais, que formam a bancada do Governo, estes constituem a extrema direita. Para o autor este grupo, sustenta o argumento de uma suposição de complô do comunismo internacional liderada pela China contra o ocidente, com o proposto de destruir o chamado Marxismo cultural, tal como ocorrera no Fascismo e mais precisamente no Nazismo.

O livro está dividido em cinco capítulos, de modo que no primeiro capítulo Leher (2019) faz uma análise geral sobre a forma

de relação do Governo Bolsonaro com a área da Educação, principalmente a educação superior. O autor debate sobre as ofensivas antidemocráticas contra as universidades públicas, a ciência, a tecnologia e a Cultura. Demonstra ainda as ações que fizeram com o Presidente Jair Bolsonaro ascendesse à presidência do Brasil. É aponta que Bolsonaro usou sua campanha eleitoral para atacar a Universidade pública, onde atribui de modo pejorativo a predominância do marxismo cultural, de modo que destaca os seguintes decretos que contra-ataca as universidades públicas, sendo assim o decreto **Nº 9.794 de 15 de maio de 2019** estabelecendo que a nomeação para os cargos de direção das Universidades Federais deve ser precedida de análise dos nomes pelo Governo Federal. Outra medida que preocupa as universidades é o decreto **Nº 9.758, de 11 de abril de 2019** que instituiu um portal único [gov.br](http://gov.br) cujo objetivo é unificar os portais os canais digitais dos órgãos públicos e neste sentido Leher (2019) questão sobre a autonomia e a circulação de informações, análises e estudos específicos de cada universidade.

No segundo capítulo o autor busca debater a transição da ditadura para o regime dito de normalidade democrática. É resalta as principais alterações que decorreram da crise da dívida de 1982, de onde deflagrou a implementação do Programa de Ajuste Estrutural do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional como mecanismo para consolidação das primeiras gerações do neoliberalismo no Brasil. Contudo ele faz uma crítica ao desenvolvimento tecnológico na agricultura no século XXI que está ligado a acumulação do capital e do melhoramento genético por meio de híbridos que nem sempre levou em conta o ecossistema e área de plantio.

Leher afirma que, se caso a inovação tecnológica ocupasse o lugar da ciência e da tecnologia por interesse das corporações seria inviável fomentar potencialidades emancipatórias que possibilitem antecipar o cenário futuro dos possíveis problemas da população. Vencendo o avanço tecnológico a qualquer preço o que pode acontecer é refuncionalizar a universidade, como instituição social utilitarista a serviço do interesse de algumas corporações.

Sobre sistemas de acumulação autonomia universitária e luta pelo pensamento crítico, o autor destaca que “Um mundo sem universidades autônomas e críticas é um mundo sem conhecimento sistemático referenciado éticos (LEHER, 2019, p.41). Aponta ainda que a universidade como instituição social constitui meio de ações próprias que a conforma institucionalmente e tem a prerrogativa de automatizar e se autogovernar. Essas prerrogativas colocam a universidade como um local de liberdade de cátedra e liberdade do pensamento, mas ela sempre teve, por outro lado, uma relação contraditória com os interesses do estado, já que esta foi criada por ele em decorre das correlações de forças.

O terceiro capítulo discute as mediações entre a universidade, a ciência e a tecnologia no capitalismo dependente. Coloca em relevo o *modus operandi* dos setores econômicos que conformam o capitalismo dependente, a mercantilização da educação encontrou vias abertas e, ainda mais, suporte do Estado para sua expansão.

O autor neste capítulo examina a perda da autonomia da Universidade a partir da junção do público-privado, e enfatiza que essa parceria que tem como objetivo tornar as instituições com base de assistência técnica às políticas dominantes, capazes de legitimar a área agrícola e a produção de combustível como uma opção favorável para o desenvolvi-

mento sustentável. Isto ocorre, devido ao agravamento da crise na área da Ciência e Tecnologia no atual Governo que alcançou às universidades públicas e institutos federais de educação se e dá por vários determinantes: o apelo à complexidade das cadeias produtivas, as consequências da emenda constitucional 95/2016 (emenda que trata do limite individual para os gastos públicos e transferências constitucionais), a fixação do aparelho do Estado por meio de ações ideológicas do governo contra as evidências científicas e o irracionalismo de sedimentos importantes do governo propagas por ações que altera a liberdade cátedra das Universidades, especialmente quanto a liberdade de pensamento e de criatividade que envolvem áreas de artes e cultura. Tal ação impetrada pelo governo com o objetivo de difundir o senso-comum reacionário que favoreçam os políticos da atual gestão governamental do país.

No quarto capítulo Leher analisa a mercantilização da educação, impulsionada pelos fundos de investimentos que promovem abertura de capitais, tudo isso lastreado pelo fundo público auspiciado pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), que concedeu isenções tributárias para o setor educacional especificamente com fins lucrativos e pela inversão direta de recursos nas privadas mercantis por intermédio do Financiamento Estudantil (Fies).

O autor debate a consolidação do sistema de acumulação neoliberal, que exigiu a quebra de valores e princípios democráticos por meio de profundas reformas do estado no caso brasileiro, observa-se que no plano diretor da reforma do Estado, os programas de ajuste estruturais efetivaram a liberação das transações comerciais. Em 1994, foi estabelecido acordo em relação aos aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio que garantia a propriedade intelectual de bens simbólicos e patentes ainda mais favoráveis as corporações.

No quinto capítulo, o autor sustenta que a organização social dos trabalhadores, em movimentos sociais, partidos e sindicatos, ampliando as lutas anti-mercantis para além da comunidade universitária, será possível transformar o que está posto. Leher ressalta que em 2019 foi um ano fértil para as mobilizações, porém, ressalta que se não fortalecimento dos movimentos sociais, tudo estará perdido. A universidade, por sua vez, precisa reforçar seu agir ético na produção do conhecimento, pois é a partir desse agir que ganhará a legitimidade imprescindível para seu futuro.

O autor constata que no Governo de Bolsonaro há um legítimo ataque ao Estado de direito democrático e a liberdade de expressão, no entanto afirma que a carência de diálogo permite atos autoritários e reacionários. Destaca a necessidade urgente de debater a continuidade do ensino superior público, gratuito e de qualidade, contra a postura presidencial para não permitir que as universidades públicas se tornem apenas organizações de serviços e agentes captadoras econômicas.

Sendo assim, o autor afirma que no Brasil investir recursos públicos no setor privado sendo utilizando a ideia de “inovação” ameaça transformar o ensino superior público em setor privado. Essa perspectiva reformista, aborda as contradições nas suas particularidades, e rejeitam qualquer análise que vislumbre um sistema rival que contradiga o sistema capitalista. Neste sentido, é preciso pensar “a educação para além do capital”, pois as determinações fundamentais deste sistema são irreformáveis (MESZÁRIOS, 2005).

Consideramos que a obra de Leher (2019) apresenta análises dos ataques ocorrido no Governo Bolsonaro contra a Educação Pública tendo como centro analítico as universidades e os institutos federais. Ele faz uma contextualização da exploração do capitalismo

financeiro, e assegura que o grupo econômico tem a finalidade de fazer da educação uma mercadoria impulsionada pelos fundos de investimentos. Essa leitura aponta retrocessos, mas também caminhos a seguir na perspectiva de luta pelo direito ao ensino superior público. É uma excelente obra para quem quer entender o desenvolvimento do capitalismo e os rebatimentos do ultraneoliberalismo no Brasil recente.

## **Referências**

MESZÁRIOS, Itevan. **Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005